



Recordar é resistir, afirma Fachin

» ALÍCIA BERNARDES
» IAGO MAC CORD

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou os três anos dos ataques golpistas com uma série de eventos. Na abertura da exposição *8 de janeiro: Mão da Reconstrução*, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, classificou a invasão e a depredação das sedes dos Três Poderes como um ato "premeditado, pautado pela negação do diálogo". E advertiu que cabe ao tribunal não apenas guardar a Constituição, mas impedir que o tempo "anestesie a sensibilidade" da sociedade diante do mal cometido.

Fachin elogiou a atuação do relator dos inquéritos, ministro Alexandre de Moraes, ao afirmar que a firmeza do magistrado foi expressão do dever institucional. "Que a sua atuação no 8 de Janeiro nos lembre que defender a Constituição é defender aqueles que, com generosidade e abnegação, puseram as instituições à frente", frisou. "Há quem confunda firmeza com jactância. Moraes se colocou firme por dever do ofício, com sacrifícios pessoais e familiares, e esteve onde precisava estar", enalteceu. O presidente do Supremo também saudou o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, lembrando o papel das instituições na reconstrução democrática.

"O 8 de janeiro, assim como os dias que se seguiram, também diz respeito à vontade de reconstruir, à dedicação, à resiliência, à fraternidade e ao compromisso inabalável com a democracia", afirmou.

O ministro aposentado Celso de Mello, que não pôde comparecer por razões médicas, enviou uma carta ao STF, na qual destacou que

Luiz Silveira/ST



Fachin classificou a invasão e a depredação das sedes dos Três Poderes como um ato "premeditado, pautado pela negação do diálogo"



Que o tempo não anestesie a nossa sensibilidade. O 8 de Janeiro também diz respeito à vontade de reconstruir, à dedicação, à resiliência, à fraternidade e ao compromisso inabalável com a democracia"

Edson Fachin, presidente do STF

"o esquecimento é o primeiro alia- do da barbárie" e que a memória democrática "não é culto ao passado, mas instrumento de defesa do futuro". Ele alertou que relativizar

ataques às instituições abre espaço para que a intolerância se reorganize, ressaltando que preservar os vestígios da violência institucional é um imperativo cívico.

O balanço apresentado pelo gabinete de Moraes mostra que a resposta do Estado segue em curso. Em três anos, o STF já responsabilizou 1.399 pessoas pelos crimes relacionados ao 8 de Janeiro, com 810 condenações e 564 acordos de não persecução penal, que renderam mais de R\$ 3 milhões para o resarcimento dos danos. Ainda tramitam 346 ações penais em fase final e outras 98 denúncias aguardam a etapa de defesa prévia, em sua maioria envolvendo financiadores.

Em fevereiro, com o fim do recesso, a Corte retoma os julgamentos. Paralelamente, seguem

os processos da chamada trama golpista: quatro ações resultaram em 29 condenações, e sete réus do núcleo crucial — entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro — cumprem pena.

Além do eixo jurídico, o STF abriu espaço para o testemunho de quem viveu o ataque na linha de frente. Em uma roda de conversa com jornalistas, a ex-coordenadora de imprensa do tribunal, Gabriela Guerreiro, relatou que a Secretaria de Comunicação foi completamente vandalizada, com perda total dos equipamentos.

O encerramento dos debates coube ao ministro aposentado

Balanço

1.399

Número de pessoas responsabilizadas pelos atentados do 8 de Janeiro

810

Quantidade de condenações

564

Número de acordos de não persecução penal, que renderam mais de R\$ 3 milhões para o resarcimento dos danos

346

Quantidade de ações penais em fase final

98

Número de denúncias que aguardam a etapa de defesa prévia, em sua maioria envolvendo financiadores

Aires Britto, que definiu a democracia como o "princípio dos princípios" da Constituição de 1988. Conforme disse, a Carta Magna é a única lei que não emana do Estado, mas da nação, e cabe ao Supremo revelar a voz desse pacto acima das vontades circunstanciais.

Ao destacar o papel do Ministério Públíco, da Defensoria Pública e das Forças Armadas na defesa da ordem constitucional, Britto afirmou que as sociedades não dão "saltos quânticos": a democracia exige tempo, maturação e vigilância permanente. "Sem democracia, tudo mais é nada", concluiu.

Mobilização contra voto

» WAL LIMA

A oposição se mobiliza para derrubar o voto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Projeto de Lei da Dosimetria, que beneficia os golpistas do 8 de Janeiro. Mesmo sem data definida, a primeira sessão conjunta do Congresso já conta com a convocação do bolsonarista para reagir à decisão do Planalto.

A convocação para a sessão conjunta partiu do líder da oposição na Câmara, Cabo Gilberto Silva (PL-PB), que classificou o voto como um "ato de crueldade". Ele acusou o governo de usar o sistema de Justiça como instrumento de "vingança política".

"O voto do presidente Lula ao projeto que garante a correta dosimetria da pena não é uma decisão técnica. É a institucionalização da vingança política sobrepondo-se ao Estado Democrático de Direito", frisou o parlamentar. Na avaliação do líder da oposição, o texto é essencial para evitar penas consideradas desproporcionais, especialmente em relação aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

Ao Correio, ele garantiu que a bancada também pretende se reunir com outras lideranças e vai atuar na articulação em plenário para garantir

outros votos favoráveis. No ano passado, a proposta ganhou o apoio de 339 parlamentares, sendo 291 na Câmara e 48 no Senado, o que, na visão de Cabo Gilberto, já sinaliza uma possibilidade de aprovação da derrota do voto sem muito esforço.

"São necessários os votos de ao menos 257 deputados e 41 senadores, o que corresponde à maioria absoluta das duas Casas. Vamos lutar para derrubar esse voto. Faremos isso o mais rápido possível", reforçou, por meio de nota.

A ofensiva da oposição também ganhou respaldo do líder oposicionista no Senado, Rogério Marinho (PL-RN). Ele divulgou nota com críticas duras ao presidente da República.

Para o senador, o governo se recusa a discutir qualquer medida de clemência e mantém presos por

"vingança política", enquanto, segundo disse, ignora a necessidade de pacificação nacional.

"A chamada defesa da democracia virou apenas um instrumento de vingança política. Mantém-se brasileiros presos não para fazer justiça, mas para sustentar uma narrativa conveniente", escreveu Marinho, ao afirmar que o país já viveu momentos mais graves e, ainda assim, optou por processos de anistia e reconciliação.

Ed Alves/CB/D.A Press

Relator propõe livrar os condenados



Relator do Projeto de Lei da Dosimetria no Senado, Esperidião Amin (PP-SC) apresentou, ontem, uma proposta que concede anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. O texto foi protocolado horas após o voto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao PL da Dosimetria. Amin argumentou que sua iniciativa visa "pacificar o país".

O novo texto propõe a anistia "ampla e irrestrita" de todos os envolvidos nos episódios, incluindo não apenas participantes diretos das invasões, mas também pessoas que tenham apoiado as manifestações por meios diversos, como doações

e apoio logístico ou publicações em redes sociais.

Na nota, o parlamentar também apontou supostas irregularidades no inquérito que apura os fatos. Entre elas, citou fatores inadequados, suspeição de integrantes da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) e uma investigação que classifica como tendenciosa, conduzida por um magistrado que, segundo ele, se declarou vítima dos atos investigados — numa referência ao ministro Alexandre de Moraes.

Para o senador, a anistia não representa impunidade, mas um mecanismo previsto em democracias para promover reconciliação

nacional. "É instrumento histórico de harmonização e justiça, próprio de países que se recusam a perpetuar divisões, ressentimentos e exceções", afirmou. Segundo Amin, cabe ao Parlamento liderar esse debate como espaço institucional adequado para a busca de pacificação política.

Já o relator do PL da Dosimetria na Câmara, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), afirmou que a decisão de Lula desconsidera um acordo amplo construído no Congresso e recoloca o país em um ambiente de tensão política.

Paulinho disse que o Legislativo havia sinalizado disposição para a pacificação institucional, mas

que o gesto foi ignorado pelo Palácio do Planalto. "O Congresso entregou a bandeira branca da paz do Brasil nas mãos do Lula. Sabe o que ele fez? Rasgou e tocou fogo nela. O PL da Dosimetria foi construído com diálogo, com responsabilidade, com todos os partidos, lideranças e personalidades do Brasil", declarou.

Segundo o deputado, o projeto foi aprovado após meses de negociação entre diferentes forças políticas e buscava dar uma resposta equilibrada aos episódios de 8 de janeiro, sem recorrer à anistia. "Dosimetria não é anistia, não apaga crimes, é justiça proporcional", reforçou. (WL)

Esperidião Amin argumentou que sua iniciativa visa "pacificar o país"